



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/06/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3
2. JORNAL AQUI	
2.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	5
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	6
4.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	7
4.3. JUÍZES.....	8
4.4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	9 - 11
4.5. PROJETO JUSTIÇA ITINERANTE.....	12 - 13
5. JORNAL EXTRA	
5.1. DECISÕES.....	14 - 15
5.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	16
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. AÇÕES TJMA.....	17
6.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
6.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. JUÍZES.....	20
7.2. VARAS CRIMINAIS.....	21
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	22 - 23
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	24 - 26
9.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	27 - 28
9.3. DECISÕES.....	29

Juízes maranhenses adotarão método especial de coleta de depoimento de crianças



➡ Mais de 30 magistrados participam do evento na ESMAM

Juízes maranhenses adotarão método especial de coleta de depoimento de crianças



Mais de 30 magistrados participam do evento na ESMAM

Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da Infância e Juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), até quarta-feira (11). O método já é utilizado no Estado - em Coelho Neto e Imperatriz - e será expandido para mais nove comarcas polo.

O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o segundo a desenvolver a experiência, no país. O primeiro espaço equipado para oferecer atendimento especia-

lizado na escuta de crianças e adolescentes no Estado foi instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em maio, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire.

Entre os palestrantes, está o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS) - pioneiro na utilização do método, desde 2003.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados na Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais no Brasil (2013), existem pelo menos 40 salas especiais em funcionamento em 15 unidades da Federação, para colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de forma a impedir que estas revivam o trauma sofrido.

Representantes da OAB/MA têm reunião com presidente do TJ/MA sobre pagamento de precatórios



Um total de 1.800 pessoas está na fila do pagamento dos precatórios no Estado do Maranhão

Um total de 1.800 pessoas está na fila do pagamento dos precatórios no Estado do Maranhão. Dentre esses cidadãos, há casos de pensões alimentícias, aposentados do Estado, indenizações por mortes causadas por agentes públicos e outros. Os pagamentos desses títulos já estão atrasados há dois anos, perfazendo uma

dívida de 270 milhões. Não entram nessa conta, os precatórios que deveriam ser pagos agora em 2014, atualmente na casa dos R\$ 288 milhões.

Os dados acima foram repassados pelo secretário geral adjunto da OAB/MA, Ulisses César Martins de Sousa, e o conselheiro seccional, Ítalo Fábio Azevedo,

também presidente da Comissão de Direito Tributário e Defesa do Contribuinte da Seccional Maranhense, durante reunião com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Cleonice Silva Freire, ocorrida nesta sexta-feira, 06, na sede do TJ/MA, com a participação de advogados, para tratar sobre o pagamento dos precatórios.

Durante a reunião, Ulisses César Martins falou sobre a campanha "Pelo pagamento dos precatórios e dos advogados dativos JÁ!" lançada em maio deste ano pela Seccional e de como advogados, clientes e a própria sociedade tem cobrado uma solução para tema.

Por sua vez, Ítalo Azevedo informou que o Conselho Federal da OAB já estuda um meio de fazer uma representação junto ao

Ministério Público contra os gestores públicos (governadores e prefeitos) por improbidade administrativa pelo atraso no pagamento dos precatórios. "Por isso peço à presidência deste tribunal que, em suas reuniões mensais com o governo, leve esse assunto para a pauta", solicitou.

A desembargadora Cleonice Silva Freire declarou que é do interesse do TJ/MA a solução do problema e que, assim como nas vezes anteriores, tratará do tema com o Governo do Estado. "Vamos encaminhar um ofício ao Governo para falar sobre o pagamento desses precatórios e tão logo haja novidades informaremos à OAB/MA", disse.

*Redação: Léa Verônica
Foto: Núcleo de Comunicação da OAB/MA*

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Corregedoria da Justiça abre inscrições para casamentos comunitários em São Luís. A novidade deste ano é utilização do Telejudiciário para agendar a marcação da inscrição

A Corregedoria da Justiça do Maranhão abre inscrições para o casamento comunitário do Município de São Luís, que será realizado no 26 de julho, em local a ser definido. Os interessados em participar deverão ligar gratuitamente para o Telejudiciário (0800-707-1581), a partir desta terça-feira (10), para agendar o dia, local e horário de seu atendimento.

As inscrições seguem até o dia 27 de junho ou até alcançar a meta de 1.500 casais inscritos. Podem inscrever somente pessoas que comprovadamente moram em São Luís.

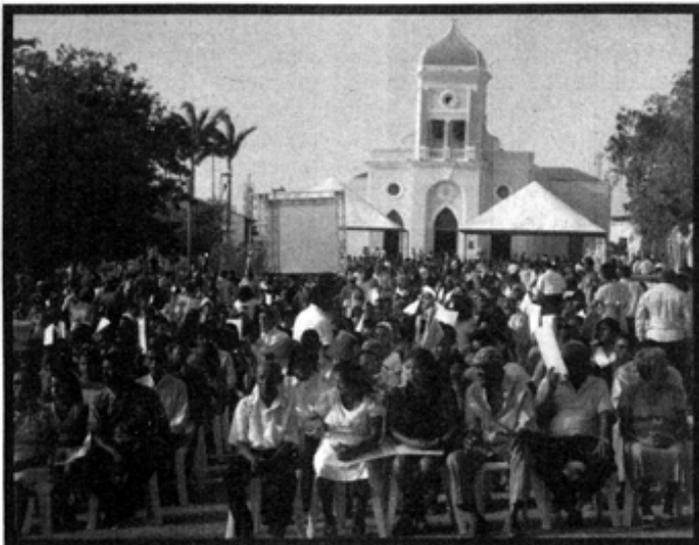
O agendamento pode ser feito das 8h às 18h, exceto nos dias de jogos do Brasil, em que o Telejudiciário funcionará somente até as 12h. O não comparecimento obriga os interessados

a fazer novo agendamento, se ainda estiver no período estabelecido, ou ainda existir vaga.

A Coordenadoria das Serventias esclarece que o agendamento pelo Telejudiciário é obrigatório e que somente serão recebidos nos postos de atendimento os casais que fizerem a marcação. A Coordenadoria também alerta para a necessidade de apresentação das testemunhas e dos documentos para realização da inscrição, que deverão ser entregues somente no dia e local agendado.

Documentos necessários	
Quando os noivos são solteiros e maiores de 16 anos	- Certidão de nascimento - original - RG (documento de identificação) - cópia - Comprovante de residência - cópia
Quando os noivos são divorciados	- Certidão de casamento averbada com o divórcio - original - RG (documento de identificação) - cópia - Comprovante de residência - cópia
Quando os noivos são menores de 16 anos	- Certidão de nascimento - original - RG (documento de identificação) - cópia - Comprovante de residência - cópia - Consentimento DOS PAIS - RG (documento de identificação) dos pais - cópia
Quando os noivos são viúvos	- Certidão de casamento averbada com o óbito - original - RG (documento de identificação) - cópia

LISTA DE DOCUMENTOS PARA EFETUAR A INSCRIÇÃO



AS INSCRIÇÕES SEGUEM ATÉ O DIA 27 DE JUNHO

DECISÃO

Justiça determina cumprimento de TAC sobre transporte público

A partir de uma Ação de Execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), promovida pelo Ministério Público do Maranhão contra o Município de São Luís, a Justiça determinou prazo de 90 dias para que seja promovido o equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Transporte Coletivo de São Luís, com o repasse, até o dia 5 de cada mês, do prejuízo apurado pelo Sindicato das Empresas de Transporte (SET) e pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT).

O mesmo prazo foi dado para que o Município deflagre o processo licitatório para concessão das linhas do sistema de transporte urbano de passageiros de São Luís. Em 90 dias, a Prefeitura também deverá combater as fraudes pelo uso ilegal do cartão de transporte e o transporte ilegal de passageiros por veículos particulares; formular um plano de ação - em parceria com o SET - para a implementação de melhorias no sistema; e encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal, prevendo o

novo marco regulatório do transporte público.

A Ação de Execução, proposta pelos promotores de justiça Lítia Teresa Costa Cavalcanti, Carlos Augusto da Silva Oliveira, Tarcísio José Sousa Bonfim e Cláudio Rebelo Correia Alencar, baseou-se em declarações do secretário Canindé Barros, da SMTT, de que a licitação do sistema só seria realizada em 2015. No entanto, o prazo previsto em TAC assinado entre o Município e o MPMA em 10 de novembro de 2011, e para o qual foram feitos três aditivos de prazo, se encerraria em 30 de julho deste ano.

A decisão, assinada pelo juiz Edilson Caridade Ribeiro, respondendo 4ª Vara da Fazenda Pública, também prevê prazo de até 15 dias para que a Prefeitura de São Luís pague R\$ 7.425.000,00 ao SET, referentes ao prejuízo do mês de maio com o sistema de transporte coletivo. O valor foi apurado pela própria SMTT.

Em caso de descumprimento de qualquer das decisões, a Justiça determinou multa diária de R\$ 20 mil.

Depoimentos

Juízes maranhenses da infância e juventude estão reunidos até amanhã na Escola Superior da Magistratura do Maranhão acompanhando as apresentações sobre métodos especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

O método já é utilizado no Estado e será expandido para mais nove comarcas polo. O Tribunal de Justiça do Maranhão foi o segundo a desenvolver a experiência. Entre os palestrantes, está o desembargador José Antônio Daltoé Cezar, do Rio Grande do Sul, pioneiro na utilização do método desde 2003.

O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência.

Inscrições para casamento comunitário

A Corregedoria de Justiça do Estado do Maranhão, órgão ligado ao Ministério Público, abriu inscrições para o casamento comunitário em São Luís. O agendamento pode ser feito no horário das 8h às 18h e as inscrições poderão ser processadas até o dia 27 de junho. Os interessados em participar devem,

obrigatoriamente, morar no município de São Luís. Em caráter excepcional, nos dias de jogos do Brasil pela Copa do Mundo, o agendamento acontecerá somente até o meio-dia, haja vista que as partidas com o time brasileiro ocorrerão todas no turno vespertino.

Projeto

VIANA - A 2ª Vara da Comarca de Viana está coordenando um projeto de integração entre os setores público e privado para criação de desenvolvimento de programas de auxílio à criança e adolescentes em conflito com a lei. A iniciativa, de autoria do juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro, titular da 2ª Vara, deverá ser colocada em prática nos próximos meses, e tem a projeção de atender 30 crianças e adolescentes. De acordo com o magistrado, o ponto de partida do projeto aconteceu no último dia 4, com uma reunião realizada no fórum local.

Partidas do Brasil vão alterar a rotina de SL

Cidades 2

Rotina da capital será alterada por causa de jogos da Copa do Mundo

Funcionamento de agências bancárias, do comércio e de outros órgãos será alterado por causa das partidas da Seleção; mudança ocorrerá à tarde, quando acontecem os jogos

Os jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo deste ano vão alterar a rotina de São Luís. A mudança ocorrerá no período da tarde, quando a Seleção entrará em campo, o que ocasionará a alteração no horário de expediente de diversos órgãos públicos da capital maranhense.

Nos dias 12, 17 e 23 deste mês, datas dos jogos do Brasil na primeira fase do torneio, as agências bancárias da cidade abrirão as portas às 8h30 e encerrarão o expediente às 12h30. A mudança no horário segue a circular nº 3.703/2014 do Banco Central, que autoriza a mudança no horário de atendimento das agências nos dias de jogos da Seleção, desde que seja oferecido aos clientes um funcionamento mínimo de quatro horas.

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as agências bancárias deverão afixar em suas dependências aviso sobre o horário de atendimento nos dias de jogos com uma antecedência mínima de 48 horas. Nos demais jogos da Copa do Mundo, caso não haja decreto de feriado, o funcionamento dos bancos será normal.

Comércio - O comércio de São Luís também terá alterações por causa dos jogos do Brasil na Co-



Bancos funcionarão no período da manhã nos dias de jogos do Brasil; comércio também terá horário especial

Mais

A Prefeitura de São Luís informou, por meio de sua assessoria de comunicação, que ainda não há decreto oficial em relação ao disciplinamento do expediente nos dias de jogos do Brasil durante a Copa do Mundo. A Prefeitura esclareceu ainda que, com base no documento, tornará públicas possíveis alterações nos horários de funcionamento dos órgãos municipais.

Horários de funcionamento

Agências bancárias - das 8h30 às 12h30

Comércio - Na Rua Grande e adjacências, lojas fecham uma hora antes do jogo e reabrem no dia seguinte; nos shoppings, atendimento é suspenso durante os jogos e retornam após o término da partida.

Órgãos estaduais - Foi decretado ponto facultativo a partir das 13h nos órgãos do estado. Órgãos que funcionam em regime de plantão e que prestam serviço essencial à população funcionam normalmente.

Judiciário - das 8h às 12h

pa. A recomendação dada pela Câmara dos Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL) aos comerciantes da Rua Grande e vias adjacentes é fechar o seu estabelecimento uma hora antes do jogo, reabrindo apenas no dia seguinte.

Aos estabelecimentos situados em shoppings, a orientação é interromper o funcionamento entre 30 minutos a uma hora antes do início da partida e retomar as atividades normais imediatamente após o término da partida. A CDL esclareceu ainda que esse horário não é uma imposição e pode ser flexibilizado pelo lojista, desde que o consumidor seja previamente comunicado.

Estado – No âmbito estadual, a Casa Civil do Governo do Maranhão informou que nos dias 12, 17 e 23 deste mês, quando ocorrem jogos do Brasil na Copa, o “ponto” será facultativo a partir

das 13h, nas secretarias e órgãos estaduais. Caso o Brasil se classifique para as próximas fases do mundial, o “ponto” também será facultativo nos dias de jogos da Seleção, a partir das 13h.

A medida segue as normas da Presidência da República em relação ao funcionamento dos órgãos federais. Os gestores têm autonomia para, nos dias dos jogos do Brasil, alterar o turno de trabalho para o período da manhã. A determinação não atinge os plantões e serviços essenciais à população. Nesse caso, as unidades de saúde funcionarão normalmente, assim como os plantões de polícia.

Judiciário – A rotina do Judiciário maranhense também será alterada por causa dos jogos da Seleção Brasileira durante a Copa do Mundo. A mudança obedece a portaria Conjunta Nº 222014,

assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, e a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney.

Durante os dias 12, 17 e 23 deste mês, o horário de funcionamento no Poder Judiciário será das 8h às 12h. Os prazos processuais que encerrarem nesses dias ficam automaticamente prorrogados para as 18h do dia seguinte. A partir das 12h, as demandas de caráter urgente, nas esferas cível e criminal, serão atendidas por meio do serviço de Plantão Judiciário de 1º grau no Fórum Desembargador Sarney Costa. Caso o Brasil seja classificado para a etapa seguinte da competição, devem permanecer as mesmas regras estabelecidas na portaria para os dias de jogos da Seleção Brasileira. Todas as unidades judiciais da cor-

regedoria seguem o mesmo horário de encerramento, incluídas as comarcas do interior do Estado, Telejudiciário, Juizado de Trânsito, Vara da Mulher e Vara da Infância.

No dia 12 deste mês, os juízes José Brígido da Silva Lages (titular da 7ª Vara Cível) e Manoel Matos de Araújo Chaves (juiz auxiliar) respondem, respectivamente, pelos plantões cível e criminal. Já no dia 17, respondem pelos respectivos plantões os juízes Jesus Guanarê de Sousa Borges (titular da 7ª Vara de Família) e Lúcia Helena Barros Heluy da Silva (juíza auxiliar). Na data do último jogo da Seleção na etapa inicial da Copa, dia 23, os plantões cível e criminal ficam a cargo das magistradas Alice Prazeres Rodrigues (titular da 16ª Vara Cível) e Andréa Furta-do Perlmutter (titular do 1º Juizado Criminal).

Projeto *Justiça Itinerante* registra 578 atendimentos em Timon

Projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário ofereceu serviços de saúde e cidadania em Vertente, sendo os mais procurados a expedição de carteiras de identidade e profissional, CPF, além de exames médicos e odontológicos

TIMON - O Poder Judiciário da Comarca de Timon divulgou os resultados obtidos na 7ª edição do projeto *Justiça Itinerante Caminhos Para a Cidadania*, realizado há duas semanas, em uma escola no povoado Vertente, na zona rural. Foram registrados 578 atendimentos.

Entre os serviços oferecidos à população destaques para o atendimento feito por representantes da Defensoria Pública, expedição de carteira de identidade, carteira profissional, CPF, além de exames, atendimentos odontológicos e palestras educativas. Vertente fica a 40km do centro urbano de Timon.

Foram realizados durante o desenvolvimento do projeto em Vertente: 10 casamentos comunitários, distribuição de 28 processos, 26 audiências, 24 sentenças proferidas e 82 atendimentos médicos.

Durante o *Justiça Itinerante Caminhos Para a Cidadania*, também foram realizados 45 atendimentos da farmácia básica, 149 verificações de pressão arterial e glicemia, 30 vacinações, 13 citologias e 70 aplicações de flúor. Houve ainda a distribuição de 100 árvores frutíferas.

"Com estas ações, procuramos melhorar ainda mais a imagem do Judiciário e aproximar a Justiça dos jurisdicionados, em especial dos mais carentes", destacou a juíza Susi Ponte de Almeida, titular da 2ª Vara Cível e



Obtenção da carteira de identidade foi um dos serviços mais procurados no *Justiça Itinerante*

idealizadora do projeto.

"O mais importante é que foi alcançado o objetivo de levar cidadania a essas localidades, por meio de prestação jurisdicional mais célere e serviços gratuitos. Vale frisar que as palestras realizadas servem como fontes de informação aos cidadãos, que ficam mais conscientes sobre seus direitos e deveres", ressaltou Rogério Monteles, titular do Juizado Especial Cível e Crimi-

nal de Timon e que também participou das atividades.

Participantes - Além dos juízes Susi Ponte de Almeida e Rogério Monteles da Costa, as ações do *Justiça Itinerante Caminhos Para a Cidadania* contaram com a efetiva participação do promotor de Justiça Antônio Borges Nunes Júnior, de Defensores Públicos, de servidores do Fórum Amarantino

Ribeiro Gonçalves, e de diversos parceiros, como a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), representantes da administração municipal, Faculdade São José, Lion's Club de Timon, além de voluntários.

Assim como o povoado Vertente, outras comunidades já receberam os benefícios do projeto, a exemplo de Canhaçu, Tamanduá, e também bairros dentro do município-sede da comarca.

Números

10

casamentos comunitários
foram marcados

28

distribuições de processos

26

audiências judiciais
foram realizadas

149

verificações de pressão
arterial e glicemia

30

vacinações

13

exames citológicos

24

sentenças proferidas

82

atendimentos médicos

45

atendimentos da
farmácia básica

70

aplicações de flúor

100

distribuição de árvores
frutíferas

7

edições do projeto Justiça
Itinerante foram realizadas

**Justiça mostra que
tamanho não é
documento e candidata
assume vaga na PM**

PÁGINA 3

Justiça mostra que tamanho não é documento e concursada assume vaga na PM

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

Segundo o relatório, a candidata foi considerada inapta nos exames médicos e odontológicos, por não ter a altura mínima exigida pela corporação, que é de 1,60m para o sexo feminino. A defesa da postulante disse que o funcionário que fez o exame biométrico afirmou que ela tinha meio centímetro a menos do que o estabelecido. Depois de orientada por um médico a procurar o funcionário para nova medição, ela não teria sido atendida em seu pedido.

A defesa disse que, por

meio de liminar, a candidata conseguiu dar prosseguimento a outras etapas do concurso, tendo sido aprovada em todas. Em razão disso, ajuizou mandado de segurança contra o ato supostamente ilegal do secretário de Estado da Gestão e Previdência do Maranhão, que a desclassificou.

O Estado do Maranhão apresentou contestação, alegando que a altura mínima exigida para o ingresso na carreira militar (1,60m para mulheres e 1,65m para homens) é prevista em lei e no próprio edital.

DOCUMENTO - O desembargador Jorge Rachid (relator) disse que a previsão encontra fundamento na Lei Estadual nº 6.513/95 – Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. Entretanto, verificou que a autora do mandado de segurança comprovou que possui 1,60m de altura, por meio de documento que não foi contestado pelo Estado e nem pelo secretário.

Proibida a entrada de pessoas armadas no Fórum Sarney Costa

O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial, bem como reprimir quaisquer atos que atentem contra a segurança e integridade de magistrados, servidores e o público em geral, que procura os serviços do Poder Judiciário.

A portaria explica que a medida se estende a policiais civis, militares e federais, exceto àqueles que estejam no exercício da função, fazendo a escolta de presos. Ainda assim, a entrada desses policiais será pelo subsolo II do prédio. “O uso de armas letais, seja branca ou de fogo, de forma generalizada, é fator de constrangimento e intimidação a todo e qualquer ser humano”, destaca Osmar Gomes na portaria.

O documento determina que a guarda policial do

fórum exerça o controle e a fiscalização. As pessoas portadoras de armas, inclusive os policiais não compreendidos na exceção mencionada, serão encaminhados à sala própria para fins de deixarem suas armas devidamente sem munição sob custódia provisória da guarda. Essas armas ficarão no setor durante todo o tempo em que o proprietário permanecer nas dependências do fórum.

A portaria versa, ainda, que a custódia e a restituição se deem mediante recibos,

nos quais constarão os elementos mínimos necessários à identificação das armas e de quem as custodiou.

Para fins de comunicação, a diretoria enviou cópias da portaria à Corregedoria Geral da Justiça, ao Tribunal de Justiça, ao Comando Geral da Polícia Militar, à Superintendência da Polícia Federal, à delegada-geral da Polícia Civil, à Secretaria Estadual de Justiça e Administração Penitenciária e ao chefe da Guarda Policial do Fórum Desembargador Sarney Costa.

ENFAM

Diretor destaca atuação do Tribunal de Justiça do MA

O secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini, visitou nesta segunda-feira (9) o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, na presença do desembargador, Jamil Gedeon, e do juiz auxiliar da Presidência, José Ribamar Castro.

Paulo de Tarso Tamburini - que veio a São Luís participar da abertura do Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a ENFAM - foi agraciado na ocasião com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, em re-

conhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira.

CURSO - Juntamente com o desembargador Jamil Gedeon (Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça), Paulo de Tarso Tamburini, abriu oficialmente nesta segunda-feira, às 8 horas, na ESMAM, o Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, que conta com a participação de magistrados da área de Infância e Juventude do Judiciário do Maranhão.

O objetivo é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento especial de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos adequados que viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam significativamente para a redução de crimes de violência contra as vítimas em questão.

Proibição

O juiz Osmar Gomes dos Santos, diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, publicou uma portaria na qual proíbe o acesso de pessoas armadas às dependências do fórum. A medida, segundo ele, foi motivada pela necessidade de manter a ordem nas dependências da unidade judicial.

Em 6 meses, mutirões libertam mais detentos que em todo ano de 2013

CNJ mudou sistema e libertou 2,4 mil presos em condição irregular. Neste ano, conselho passou a priorizar mutirões presídio por presídio

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) conclui nesta semana o décimo mutirão carcerário do ano e registra até o momento a libertação de pelo menos 2,4 mil presos. Em seis meses, o número de 2014 já é superior ao dos cinco mutirões carcerários de 2013, quando 2,1 mil foram libertados.

Criados em 2008, os mutirões carcerários visam a análise da situação dos presos para verificar quem pode ter progressão de regime (do fechado para o semiaberto, por exemplo), obter trabalho externo ou mesmo sair da cadeia.

Entre as razões para libertação estão: o motivo que levou à decretação da prisão deixou de existir (no caso de prisão provisória); o preso já tinha direito à liberdade condicional ou prisão domiciliar; e, em alguns casos, já tinha cumprido a punição mas continuava na cadeia.

O aumento de "produtividade" dos mutirões ocorreu porque o CNJ decidiu mudar a metodologia dos trabalhos. Até 2013, eram feitos por estado, com o deslocamento de equipes de juizes para vários presídios simultaneamente de um mesmo estado.

Desde janeiro, o esforço dos mutirões passou a ser concentrado prioritariamente em presídios específicos.

Com isso, o conselho analisou neste ano 42.862 processos de presos nos presídios de



Cela feminina da Unidade Prisional de Anápolis, em Goiás

Ribeirão das Neves (MG), Urso Branco (RO), Central (RS), Guarulhos (SP), São Pedro de Alcântara (SC), Gericinó/Bangu (RJ) e Curado/Aníbal Bruno (PE). Também avaliou a situação de detentos dos estados da Bahia e Tocantins.

Foram concedidos 6.750 benefícios, como autorização para trabalho e progressão de regime. Do total, 2.415 detentos foram libertados.

No ano passado, foram analisados 33,7 mil processos de presidiários de cinco estados (Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Amazonas e Alagoas). Ao todo, foram 5.415 benefícios e, entre eles, 2.137 libertações.

De acordo com o juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, a mudança da metodologia nos mutirões traz economia de dinheiro e aumento de produtividade.

"Economizamos em diárias, passagens. Só no estado de São Paulo, quando fizemos, foram dezenas de servidores, num prazo de seis meses. Agora passamos duas a três semanas por unidade prisional, nas mais superlotadas, com mais denúncias de prejuízo aos direitos humanos."

Os dados deste ano não in-

cluem o mutirão realizado em Goiás, que começou no fim de maio nos 20 maiores presídios do estado e terminará na próxima semana. A intenção é analisar a situação de aproximadamente mais 10 mil presos.

De acordo com Douglas Martins, do CNJ, está previsto um mutirão em setembro no presídio de Pedrinhas, no Maranhão, onde somente este ano foram registradas dez mortes. Desde 2013, foram mais de 60 assassinatos no local. O presídio foi considerado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, como um dos mais problemáticos do país.

HappyAJE

Com o tema Direito do Consumidor e a exposição temática dos advogados Ivaldo Prado e Marcelo Vaz, a Associação dos Jovens Empresários do Maranhão realizou na última sexta-feira, o HappyAJE novo Espaço do Feijão de Corda. O juiz Alexandre Abreu, na ocasião, fez uma apresentação sobre o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.



ARQUIVO PESSOAL DIVULGAÇÃO

Os advogados Ivaldo Prado (diretor de planejamento/AJE) e Marcelo Vaz com o juiz Alexandre Abreu, palestrantes do HappyAJE



Micaelle Dias (Conselho dos Jovens Empresário da Associação Comercial e Industrial de MS), Cláudio Gomes (presidente da AJE-MA), Jaqueline Moucherek (vice-presidente/AJE), Luciana Muzzi (diretora Executiva/AJE), André Souza (diretor de Projetos/AJE), Tairony Mendes (diretor Financeiro/AJE) e Igor Leite

DENÚNCIA

Acusado de tentativa de homicídio é condenado

O juiz Alessandro Arrais Pereira, titular de Riachão, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca, na última sexta-feira (6). No banco dos réus, Soannes Henrique dos Santos Mourão, acusado de crime de tentativa de homicídio praticado contra Pedro Rodrigues dos Santos. O acusado foi considerado culpado e recebeu a pena de 8 anos e um mês de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.

Na denúncia, Soannes Henrique, conhecido pelo apelido de

“Raposão”, teria tentado matar Pedro Rodrigues em dezembro de 2012, com um golpe de madeira, em frente à Boate Sklibu. Durante o julgamento, o conselho de sentença confirmou a autoria e rejeitou a tese da defesa em tentar desclassificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal grave.

De acordo com a sentença proferida pelo magistrado, após o trânsito em julgado Soannes será encaminhado à Unidade Prisional de Balsas.

Em São Luís _____

Inscrições abertas para casamentos comunitários

As inscrições para mais uma edição do projeto Casamento Comunitários em São Luís tem início nesta terça-feira (10). Os interessados em participar devem ligar das 08h às 18h para o telefone do Telejudiciário 0800-707-1581 e agendar dia, local e horário atendimento. O casamento está previsto para acontecer no dia 26 de julho, em local a ser definido. **Página 5**

Em São Luís

Inscrições abertas para casamentos comunitários

As inscrições para mais uma edição do projeto Casamento Comunitários em São Luís tem início nesta terça-feira (10). Os interessados em participar devem ligar das 08h às 18h para o telefone do Telejudiciário 0800-707-1581 e agendar dia, local e horário atendimento.

O casamento está previsto para acontecer no dia 26 de julho, em local a ser definido. As inscrições seguem até o dia 27 de junho ou até alcançar a meta de 1500 casais inscritos. Nos dias de jogos do Brasil, o agenda-



mento será feito somente até as 12h. O não compareci-

mento para inscrição no casamento obriga os interessa-

dos a fazer novo agendamento, devendo estar dentro do período estabelecido ou ainda existir vaga.

O agendamento pelo Telejudiciário é obrigatório e somente serão recebidos nos postos de atendimento os noivos que fizerem a marcação. É necessária a apresentação das testemunhas e dos documentos para realização da inscrição, que deverão ser entregues somente no dia e local agendado. A lista da documentação, conforme a situação dos noivos, segue no quadro abaixo.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Quando os noivos são solteiros e maiores de 18 anos

- Certidão de nascimento - original
- RG (documento de identificação) – cópia
- Comprovante de residência – cópia

Quando os noivos são divorciados

- Certidão de casamento averbada com o divórcio – original
- RG (documento de identificação) – cópia
- Comprovante de residência – cópia

Quando os noivos são menores de 16 anos

- Certidão de nascimento - original
- RG (documento de identificação)- cópia
- Comprovante de residência - cópia
- Consentimento DOS PAIS
- RG (documento de identificação) dos pais – cópia

Quando os noivos são viúvos

- Certidão de casamento averbada com o óbito - original
- RG (documento de identificação) - cópia
- Comprovante de residência- cópia

- Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da infância e juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), até quarta-feira (11).
- O método já é utilizado no Estado e será expandido para mais nove comarcas.

MARANHÃO

Juízes vão adotar método especial para coletar depoimento de crianças

Práticas especiais para tomada de depoimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência estão sendo apresentadas para juízes maranhenses da Infância e Juventude, na Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), até amanhã (11). O método já é utilizado no Estado – em Coelho Neto e Imperatriz – e será expandido para mais nove comarcas polo.

O trabalho consiste na oitiva protegida de crianças vítimas de violência sexual em local onde elas são assistidas por profissionais treinados e permanecem fora da sala de audiência, sendo ouvidas por meio de equipamento de teleconferência.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi o segundo a desenvolver a experiência, no país. O primeiro espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças e adolescentes no Estado foi instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa, em maio, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire.

Entre os palestrantes, está o desembargador José Antônio Daltoé Cezar (TJRS) – pioneiro na utilização do método, desde 2003.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicados na Cartografia Nacional das Experiências Alternativas de Tomada de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais no Brasil (2013), existem pelo menos 40 salas especiais em funcionamento em 15 unidades da Federação, para colher depoimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, de forma a impedir que estas revivam o trauma sofrido.

ADEQUAÇÃO – Na abertura do curso, o desembargador Jamil Gedeon, que preside a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, disse que o Judiciário está cada vez mais sensibilizado com a questão e que a capacitação é uma forma de romper com os métodos antigos.

“Afim, a forma tradicional tem prejudicado emocionalmente as vítimas, ao serem ouvidas repetidas vezes por diversas autoridades”, enfatizou, acrescentando que o sucesso do trabalho depende do comprometimento dos diversos profissionais envolvidos no processo.

Para a juíza Karla Jeane de Carvalho, que atua na coordenação, e há quatro anos utiliza o serviço, na comarca de Coelho Neto, a iniciativa visa garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, humanizar e facilitar os depoimentos das vítimas, que muitas vezes têm o comportamento inibido ao serem ouvidos na presença de terceiros ou dos supostos agressores.

PALESTRANTES – No primeiro dia da capacitação, a juíza auxiliar Sara Fernanda Gama (1ª Vara de Execuções Penais) e o promotor de justiça Cassius Guimarães Chai fizeram uma análise histórica, legislativa e

jurisprudencial sobre o tema.

A magistrada falou sobre os métodos já adotados em outros países, a exemplo do Reino Unido, França e Argentina. “Precisamos nos atualizar e seguir as tendências internacionais, na área de Infância e Juventude. Além da capacitação, queremos informar e sensibilizar todos os envolvidos na problemática, de forma a reduzir decisivamente os índices de violência em nosso estado”, orientou.

Na programação, o psicólogo Paulo Guilherme Rodrigues (analista judiciário do TJMA), irá discorrer sobre conceitos e definições do depoimento especial. Jacqueline Brito Oliveira, assistente social da Assembleia Legislativa do Piauí, também falará sobre o tema.

A abertura do evento contou com a participação do secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini. A instituição é parceira da ESMAM na realização do curso.

DIVULGAÇÃO



MAIS DE 30 MAGISTRADOS participam do evento na Escola Superior da Magistratura

Diretor da Enfam destaca atuação do Tribunal de Justiça

O secretário-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados (ENFAM), Paulo de Tarso Tamburini, visitou nesta segunda-feira (9) o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido pela presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, na presença do desembargador, Jamil Gedeon, e do juiz auxiliar da Presidência, José Ribamar Castro.

Paulo de Tarso Tamburini – que veio a São Luís participar da abertura do Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, promovido pela

Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), em parceria com a ENFAM – foi agraciado na ocasião com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira.

“Me sinto muito honrado em ser homenageado por um Tribunal que, em dois séculos de existência, vem enaltecendo a Justiça e contribuindo para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Agradeço o gesto da de-

sembargadora Cleonice Freire e reafirmo meu profundo respeito à Corte maranhense de Justiça pelo seu trabalho em prol da cidadania”, ressaltou Tamburini.

Curso – Juntamente com o desembargador Jamil Gedeon (Coordenador da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça), Paulo de Tarso Tamburini, abriu oficialmente nesta segunda-feira, às 8 horas, na ESMAM, o Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, que conta com a participação de magistrados da área de Infância e Juventude do Judiciário do Maranhão.

Casamento comunitário

Um total de 157 casais se inscreveu para o casamento comunitário que a Comarca de Carutapera (538 km da capital) promove no próximo dia 26, a partir das 17h, na Quadra da Cidadania (Avenida Padre Mário Racca, Bairro Perpétuo Socorro). O encerramento das inscrições se deu na última quarta-feira, 04. Os noivos são residentes na sede da comarca (Carutapera) e termo (Luis Domingues). Preside a cerimônia o juiz titular da comarca, Alexandre Antonio José de Mesquita.

Decoração e bolo estão entre os preparativos do casamento que contará ainda com brindes a ser sorteados entre os nubentes e doados por comerciantes locais.

Corregedoria da Justiça abre inscrições para casamentos comunitários em SL

As inscrições para mais uma edição do projeto Casamento Comunitários em São Luís tem início nesta terça-feira (10). Os interessados em participar devem ligar das 08h às 18h para o telefone do Telejudiciário 0800-707-1581 e agendar dia, local e horário atendimento.

O casamento está previsto para acontecer no dia 26 de julho, em local a ser definido. As inscrições seguem até o dia 27 de junho ou até alcançar a meta de 1500 casais inscritos. Nos dias de jogos do Brasil, o agendamento será feito so-

mente até as 12h. O não comparecimento para inscrição no casamento obriga os interessados a fazer novo agendamento, devendo estar dentro do período estabelecido ou ainda existir vaga.

O agendamento pelo Telejudiciário é obrigatório e somente serão recebidos nos postos de atendimento os noivos que fizerem a marcação. É necessária a apresentação das testemunhas e dos documentos para realização da inscrição, que deverão ser entregues somente no dia e local agendado.

Candidata que teve altura contestada em concurso da PM ganha direito na Justiça

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

PÁGINA 5 [C1]

Candidata que teve altura contestada em concurso da PM ganha direito na Justiça

Por unanimidade, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam, em mandado de segurança, o direito de prosseguir no concurso público para soldado da Polícia Militar a uma candidata que havia sido eliminada no teste da altura mínima. O entendimento é de que foi comprovada a medição de 1,60m, garantindo-lhe a concessão.

Segundo o relatório, a candidata foi considerada inapta nos exames médicos e odontológicos, por não ter a altura mínima exigida pela corporação, que é de 1,60m para o sexo feminino. A defesa da postulante disse que o funcionário que fez o exame biométrico afirmou que ela tinha meio centímetro a menos do que o estabelecido. Depois de orientada por um médico a procurar o funcionário para nova medição, ela não teria sido atendida em seu pedido.

A defesa disse que, por meio de liminar, a candidata conseguiu dar prosseguimento a outras etapas do concurso, tendo sido aprovada em todas. Em razão disso, ajuizou mandado de segurança contra o ato supostamente ilegal

do secretário de estado da Gestão e Previdência do Maranhão, que a desclassificou.

O Estado do Maranhão apresentou contestação, alegando que a altura mínima exigida para o ingresso na carreira militar (1,60m para mulheres e 1,65m para homens) é prevista em lei e no próprio edital.

DOCUMENTO – O desembargador Jorge Rachid (relator) disse que a previsão encontra fundamento na Lei Estadual nº 6.513/95 – Estatuto dos Policiais Militares do Maranhão. Entretanto, verificou que a autora do mandado de segurança comprovou que possui 1,60m de altura, por meio de do-

cumento que não foi contestado pelo Estado e nem pelo secretário.

Dessa forma, o relator entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito líquido e certo de prosseguir no concurso, em nítida afronta aos princípios da isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica, da boa-fé e da legalidade. Rachid votou pela concessão do pedido. Os demais desembargadores tiveram o mesmo entendimento, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.



JORGE RACHID entendeu que a eliminação da candidata feriu seu direito de prosseguir no concurso